

Tietê Eólica Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Tietê Eólica Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tietê Eólica Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Tietê Eólica Participações S.A.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Tietê Eólica Participações S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
5	Receita	12
6	Custos e despesas	13
7	Resultado financeiro líquido	13
8	Caixa e equivalentes de caixa	14
9	Aplicações financeiras	14
10	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	14
11	Contas a receber de clientes	15
12	Investimentos	16
13	Imobilizado	18
14	Debêntures	20
15	Provisões de ressarcimento	21
16	Obrigações com desmobilização de ativos	23
17	Arrendamento	24
18	Partes relacionadas	25
19	Fornecedores	27
20	Imposto de renda e contribuição social	27
21	Patrimônio líquido	28
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco	29

Tietê Eólica Participações S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	351.330	278.025	-	-
Custo com energia elétrica	6	(83.252)	(39.792)	-	-
Custo com operação	6	(129.839)	(128.049)	-	-
Lucro		138.239	110.184	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	6	(3.353)	(5.166)	(1.300)	(1.181)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	13	(88)	(4)	(37)
		(3.340)	(5.254)	(1.304)	(1.218)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		134.899	104.930	(1.304)	(1.218)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	-	-	130.412	93.132
		-	-	130.412	93.132
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		39.948	17.033	11.545	10.202
Despesas financeiras		(16.972)	(15.625)	(3.290)	(5.668)
		22.976	1.408	8.255	4.534
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		157.875	106.338	137.363	96.448
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(22.142)	(12.470)	(1.630)	(918)
Diferidos	20	-	1.662	-	-
Lucro líquido do exercício		135.733	95.530	135.733	95.530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tietê Eólica Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	135.733	95.530	135.733	95.530
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	135.733	95.530	135.733	95.530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tietê Eólica Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		157.875	106.338	137.363	96.448
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	12 (b)	-	-	(130.412)	(93.132)
Juros e variações monetárias		2.091	5.170	2.091	5.170
Depreciação e amortização	6	89.632	85.367	156	150
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	1.910	(1)	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	58.615	99.122	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	2.165	2.410	-	-
Apropriação de custos de captações	7	595	504	595	504
Rendimentos sobre fundo de reserva		(2.876)	(2.432)	(2.865)	(2.419)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	3.055	2.772	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	3.529	3.416	35	45
		316.591	302.666	6.963	6.766
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		2.494	(13.123)	-	-
Tributos a recuperar		12.273	4.396	(1.688)	3.612
Estoques		1.097	3.658	-	-
Partes relacionadas		-	-	56.266	78.054
Demais créditos e outros ativos		740	(6.036)	-	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(2.933)	7.633	(51)	(650)
Tributos a recolher		(15.473)	(3.464)	(1.957)	(545)
Pagamento de ressarcimento		(27.285)	(61.309)	-	-
Partes relacionadas		-	-	42.675	-
Demais obrigações e outros passivos		(1.570)	(485)	2	939
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		285.934	233.936	102.210	88.176
Juros pagos sobre financiamentos	14 (b)	(2.241)	(4.220)	(2.241)	(4.220)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(3.529)	(2.847)	-	(83)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(8.548)	(7.703)	-	(303)
Imposto de renda e contribuição social restituídos		-	-	279	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		271.616	219.166	100.248	83.570
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(61.338)	-	(16.949)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		2.876	-	2.865	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		18.372	2.019	18.460	2.086
Aumento de capital em controladas	1.1.1 (a)	-	-	(22.500)	(4.831)
Recebimento de dividendos		-	-	26.069	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(45.797)	(40.884)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(85.887)	(38.865)	7.945	(2.745)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adição de custos com captação	14 (b)	-	(108)	-	(108)
Liquidação de financiamentos	14 (b)	(22.792)	(25.594)	(22.792)	(25.594)
Liquidação de arrendamentos		(501)	(987)	(144)	(80)
Pagamento de dividendos		(115.968)	(908)	(115.968)	(908)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(139.261)	(27.597)	(138.904)	(26.690)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		46.468	152.704	(30.711)	54.135
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		243.921	91.217	110.367	56.232
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		290.389	243.921	79.656	110.367

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tietê Eólica Participações S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	290.389	243.921	79.656	110.367
Aplicações financeiras	9	61.338	-	16.949	-
Contas a receber de clientes	11	36.802	39.296	-	-
Estoques		14.811	15.908	-	-
Tributos a recuperar		6.025	4.339	3.511	437
Dividendos a receber	18	-	-	2.192	1.827
Outros ativos		8.379	9.591	-	-
		<u>417.744</u>	<u>313.055</u>	<u>102.308</u>	<u>112.631</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez – conta reserva		-	18.460	-	18.460
Partes relacionadas	18	-	-	75.793	132.059
Cauções e depósitos judiciais		330	242	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	13.559	-	-
Tributos a recuperar		986	1.386	-	1.386
Outros ativos		482	-	-	-
		<u>1.798</u>	<u>33.647</u>	<u>75.793</u>	<u>151.905</u>
Investimentos	12	-	-	1.053.905	927.427
Imobilizado	13	1.117.716	1.144.934	11	12
Intangível		14.024	2.650	8	58
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		26.527	26.390	221	326
		<u>1.158.267</u>	<u>1.173.974</u>	<u>1.054.145</u>	<u>927.823</u>
Total do ativo		<u>1.577.809</u>	<u>1.520.676</u>	<u>1.232.246</u>	<u>1.192.359</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Debêntures	14	-	22.347	-	22.347
Fornecedores	19	29.774	19.679	34	85
Arrendamentos	17	543	470	122	110
Tributos a recolher		4.792	6.671	54	102
Dividendos a pagar	18	1.893	1.511	1.893	1.511
Provisão de ressarcimento	15	185.424	200.115	-	-
Outros passivos		353	212	3	-
		<u>222.779</u>	<u>251.005</u>	<u>2.106</u>	<u>24.155</u>
Não circulante					
Arrendamentos	17	31.569	30.645	159	281
Partes relacionadas	18	-	-	42.675	-
Obrigações com desmobilização de ativos	16	40.694	22.127	-	-
Provisão de ressarcimento	15	95.446	47.260	-	-
Provisões para litígios		15	1.716	-	-
		<u>167.724</u>	<u>101.748</u>	<u>42.834</u>	<u>281</u>
Total do passivo		<u>390.503</u>	<u>352.753</u>	<u>44.940</u>	<u>24.436</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	21	985.327	985.327	985.327	985.327
Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
Reservas de lucros		185.031	165.648	185.031	165.648
Total do patrimônio líquido		<u>1.187.306</u>	<u>1.167.923</u>	<u>1.187.306</u>	<u>1.167.923</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.577.809</u>	<u>1.520.676</u>	<u>1.232.246</u>	<u>1.192.359</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tietê Eólica Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva legal		
Em 1º de janeiro de 2024		985.327	16.948	49.455	21.571	-	1.073.301
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	95.530	95.530
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	95.530	95.530
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	89.845	-	(89.845)	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	4.777	(4.777)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(908)	(908)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	89.845	4.777	(95.530)	(908)
Em 31 de dezembro de 2024		985.327	16.948	139.300	26.348	-	1.167.923
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	135.733	135.733
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	135.733	135.733
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva estatutária de investimento	21(c)	-	-	127.657	-	(127.657)	-
Constituição de reserva legal	21(b) e (c)	-	-	-	6.787	(6.787)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21(c)	-	-	-	-	(1.289)	(1.289)
Dividendos adicionais		-	-	(115.061)	-	-	(115.061)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	12.596	6.787	(135.733)	(116.350)
Em 31 de dezembro de 2025		985.327	16.948	151.896	33.135	-	1.187.306

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A Tietê Eólica Participações S.A., ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 3 de novembro de 2009. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho de suas controladas, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é diretamente controlada pela Nova Energia Holding S.A. e indiretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A. e Auren Energia S.A..

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no Estado da Bahia, as quais compõem o complexo eólico Alto Sertão II, com capacidade instalada total de 386,1 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Ametista	Centrais Eólicas Ametista S.A.	135/2012	28,6	15/03/12	14/03/47
Borgo	Centrais Eólicas Borgo S.A.	222/2012	20,2	16/04/12	15/04/47
Caetité	Centrais Eólicas Caetité S.A.	167/2012	30,2	23/03/12	14/03/47
Dourados	Centrais Eólicas Dourados S.A.	130/2012	28,6	14/03/12	13/03/47
Espigão	Centrais Eólicas Espigão S.A.	172/2012	10,1	26/03/12	25/03/47
Maron	Centrais Eólicas Maron S.A.	107/2012	30,2	12/03/12	11/03/47
Pelourinho	Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	168/2012	21,8	23/03/12	22/03/47
Pilões	Centrais Eólicas Pilões S.A.	128/2012	30,2	14/03/12	13/03/47
Serra do Espinhaço	Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	171/2012	18,5	26/03/12	25/03/47
Araças	Centrais Eólicas dos Araças S.A.	241/2011	31,9	08/04/11	07/03/46
Da Praia	Centrais Eólicas da Prata S.A.	177/2011	21,9	28/03/11	27/03/46
Morrão	Centrais Eólicas Morrão S.A.	268/2011	30,2	25/04/11	24/04/46
Seraíma	Centrais Eólicas Seraíma S.A.	332/2011	30,2	31/05/11	30/05/46
Tanque	Centrais Eólicas Tanque S.A.	330/2011	30,0	30/05/11	29/05/46
Ventos do Nordeste	Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	161/2011	23,5	21/03/11	20/03/46
Subtotal			386,1		

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas	2024	Aumento	2025
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	67.033	22.500	89.533

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 17 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Centrais Eólicas Ametista S.A.	100%	100%	Guanambi - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Borgo S.A.	100%	100%	Pindaí - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Caetité S.A.	100%	100%	Pindaí - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas da Prata S.A.	100%	100%	Igaporã - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	100%	100%	Caetité - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Dourados S.A.	100%	100%	Guanambi - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Espigão S.A.	100%	100%	Pindaí - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Maron S.A.	100%	100%	Caetité - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Morrão S.A.	100%	100%	Caetité - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	100%	100%	Pindaí - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Pilões S.A.	100%	100%	Caetité - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Seraima S.A.	100%	100%	Guanambi - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	100%	100%	Pindaí - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Tanque S.A.	100%	100%	Caetité - Bahia	Geração eólica
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	100%	100%	Caetité - Bahia	Geração eólica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatárias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Tietê Eólica Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Imobilizado
15	Provisão de ressarcimento
16	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Leilões de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Energia.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

Tietê Eólica Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		190.341	197.955
Leilão de Energia de Reserva (LER)		176.312	177.685
Partes relacionadas	18	28.293	-
Provisão de ressarcimento	13 (c)	(58.615)	(99.122)
Energia de curto prazo – CCEE		30.444	17.298
		<u>366.775</u>	<u>293.816</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(13.298)	(9.466)
ICMS sobre receitas operacionais		-	(4.540)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(2.147)	(1.785)
		<u>(15.445)</u>	<u>(15.791)</u>
Receita líquida		<u>351.330</u>	<u>278.025</u>

6 Custos e despesas

	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(56.347)	-	-	-	(56.347)	(13.398)
Encargos de uso da rede elétrica	(26.905)	-	-	-	(26.905)	(26.394)
Depreciação e amortização	-	(88.311)	(1.321)	-	(89.632)	(85.371)
Materiais	-	(3.546)	(139)	-	(3.685)	(3.554)
Materiais	-	(3.546)	(139)	-	(3.685)	(3.554)
Serviços	-	(33.387)	(1.490)	-	(34.877)	(38.458)
Serviços de operação e manutenção	-	(21.302)	-	-	(21.302)	(32.399)
Serviços de terceiros	-	(12.085)	(1.490)	-	(13.575)	(6.059)
Outros	-	(4.595)	(403)	(1.910)	(6.908)	(5.832)
Aluguéis e arrendamentos	-	(198)	10	-	(188)	(398)
Seguros	-	(3.772)	-	-	(3.772)	(5.165)
Impostos, taxas e contribuições	-	(506)	(29)	-	(535)	(274)
Outros custos e despesas líquidas	-	(119)	(384)	-	(503)	4
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(1.910)	(1.910)	1
Demais (despesas) receitas	-	-	-	1.923	1.923	(88)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	1.923	1.923	(88)
	<u>(83.252)</u>	<u>(129.839)</u>	<u>(3.353)</u>	<u>13</u>	<u>(216.431)</u>	<u>(173.095)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		36.714	14.318	11.828	7.913
Juros sobre ativos financeiros		960	2.432	154	2.419
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(564)	(505)	(563)	(505)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento		2.544	-	-	-
Outras receitas financeiras		294	788	126	375
		<u>39.948</u>	<u>17.033</u>	<u>11.545</u>	<u>10.202</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	14(b)	(1.269)	(3.173)	(1.269)	(3.173)
Atualização monetária sobre financiamentos	14(b)	(822)	(1.997)	(822)	(1.997)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento		(6.609)	(2.410)	-	-
Apropriação dos custos de captações	14(b)	(595)	(504)	(595)	(504)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos		(3.055)	(2.772)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(3.529)	(3.416)	(35)	(45)
Outras despesas financeiras		(1.093)	(1.353)	(569)	51
		<u>(16.972)</u>	<u>(15.625)</u>	<u>(3.290)</u>	<u>(5.668)</u>
		<u>22.976</u>	<u>1.408</u>	<u>8.255</u>	<u>4.534</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,42% do CDI (99,01% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	6.340	13.793	1.096	1.193
	6.340	13.793	1.096	1.193
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	281.687	182.712	77.909	97.491
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2.362	47.416	651	11.683
	284.049	230.128	78.560	109.174
Caixa e equivalentes de caixa	290.389	243.921	79.656	110.367

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,42% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	61.338	-	16.949	-
	61.338	-	16.949	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

Tietê Eólica Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	351.720	243.921	96.605	110.367
AA+	7	-	-	-
	351.727	243.921	96.605	110.367

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes**Política contábil**

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Energia Nova (LEN)	13.355	21.761
Leilão de Energia Reserva (LER)	13.002	14.578
Partes relacionadas (Nota 18(a))	9.406	-
Energia de curto prazo - CCEE	1.039	2.957
	36.802	39.296

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	36.774	39.296
Vencidos até 3 meses	28	-
	36.802	39.296

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

12 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Tietê Eólica Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			2025	2024
					2025	2024		
Custo								
Centrais Eólicas Ametista S.A.	32.847	3.322	100,00	100,00	3.322	1.029	32.847	29.555
Centrais Eólicas Borgo S.A.	60.449	7.564	100,00	100,00	7.564	5.297	60.449	52.961
Centrais Eólicas Caetité S.A.	97.216	10.023	100,00	100,00	10.023	9.569	97.216	87.293
Centrais Eólicas da Prata S.A.	66.461	11.729	100,00	100,00	11.729	9.180	66.461	65.594
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	133.833	4.544	100,00	100,00	4.544	3.963	133.833	106.831
Centrais Eólicas Dourados S.A.	24.322	2.146	100,00	100,00	2.146	(421)	24.322	22.196
Centrais Eólicas Espigão S.A.	32.794	3.343	100,00	100,00	3.343	3.183	32.794	29.482
Centrais Eólicas Maron S.A.	56.802	5.575	100,00	100,00	5.575	4.736	56.802	51.280
Centrais Eólicas Morrão S.A.	94.605	18.481	100,00	100,00	18.481	12.127	94.605	84.140
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	67.474	8.046	100,00	100,00	8.046	6.986	67.474	60.381
Centrais Eólicas Piiões S.A.	51.264	2.485	100,00	100,00	2.485	1.350	51.264	48.802
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	99.614	18.326	100,00	100,00	18.326	13.115	99.614	83.854
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	56.120	7.416	100,00	100,00	7.416	6.083	56.120	48.777
Centrais Eólicas Tanque S.A.	91.975	13.889	100,00	100,00	13.889	7.318	91.975	79.269
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	88.129	13.523	100,00	100,00	13.523	9.617	88.129	77.012
					130.412	93.132	1.053.905	927.427

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	927.427	830.353
Equivalência patrimonial	130.412	93.132
Dividendos deliberados	(26.434)	(889)
Aumento de capital (1.1.1 (a))	22.500	4.831
Saldo no final do exercício	1.053.905	927.427

13 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015. A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Consolidado	
							2025	2024
Saldo no início do exercício								
Custo	1.781.620	49.411	16.361	3.589	867	92.006	1.943.854	1.915.823
Depreciação acumulada	(772.826)	(18.147)	(6.309)	(1.252)	(386)	-	(798.920)	(716.486)
Saldo líquido no início do exercício	1.008.794	31.264	10.052	2.337	481	92.006	1.144.934	1.199.337
Adições (i)	-	-	-	-	-	58.556	58.556	38.347
Baixas	(1.910)	-	-	-	-	-	(1.910)	-
Depreciação	(84.761)	(1.533)	(1.156)	(123)	(612)	-	(88.185)	(82.434)
Remensurações (iii)	-	-	15.512	-	-	-	15.512	-
Transferências (ii)	91.710	762	-	6	3.192	(106.861)	(11.191)	(10.316)
Saldo no final do exercício	1.013.833	30.493	24.408	2.220	3.061	43.701	1.117.716	1.144.934
Custo	1.871.420	50.173	31.873	3.595	4.059	43.701	2.004.821	1.943.854
Depreciação acumulada	(857.587)	(19.680)	(7.465)	(1.375)	(998)	-	(887.105)	(798.920)
Saldo líquido no final do exercício	1.013.833	30.493	24.408	2.220	3.061	43.701	1.117.716	1.144.934
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00	14,00			

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) O montante de (R\$ 11.191) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados a projeto de à *softwares*.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 15.512 (Nota 16 (a)), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

14 Debêntures**Política contábil**

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

							Consolidado e controladora	
							2024	
							Circulante	
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo	
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	IPCA + 7,61%	9.411	(310)	27	9.128	9.128	9.459	
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 7,87%	13.463	(285)	41	13.219	13.219	13.555	
		22.874	(595)	68	22.347	22.347	23.014	

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Movimentação

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	22.347	46.595
Provisões de juros (Nota 7)	1.269	3.173
Atualização monetária	822	1.997
Adição dos custos de captações	-	(108)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	595	504
Juros pagos	(2.241)	(4.220)
Liquidações	(22.792)	(25.594)
Saldo no final do exercício	-	22.347

(c) Garantias

Modalidade	Garantias
Debêntures	Garantias Compartilhadas com o BNDES

15 Provisões de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais a partir de novembro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Anual	Quadrienal	2025 Total	2024 Total
Saldo no início do exercício	124.340	123.035	247.375	207.152
Provisão (reversão)	64.897	(6.282)	58.615	99.122
Pagamentos (i)	(23.136)	(4.149)	(27.285)	(61.309)
Atualização monetária (Nota 7)	(3.274)	5.439	2.165	2.410
Saldo no final do exercício	162.827	118.043	280.870	247.375
Circulante	121.637	63.787	185.424	200.115
Não Circulante	41.190	54.256	95.446	47.260
	162.827	118.043	280.870	247.375

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE divulgou o Comunicado 372/2025 estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos associados ao *constrained-off* para usinas eólicas, referente ao período “definitivo”, que ocorrerão de julho de 2025 a dezembro de 2026. Desta forma, a Companhia reclassificou os montantes vincendos acima de 12 meses para o passivo não circulante.

Em 25 de Novembro de 2025, foi publicada a Lei 15.269/2025, originada da Medida Provisória nº 1.304/2025, instituindo um “acordo” para os ressarcimentos por *constrained-off* exigidos por usinas eólicas e solares no período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Conforme previsto na lei, esse acordo será formalizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre o Poder Concedente e os agentes de geração afetados, sendo que os ressarcimentos serão custeados por montantes financeiros devidos por geradores com desvios negativos de geração nos Contratos de Energia de Reserva (CER) e nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A minuta do Termo passou por Consulta Pública aberta pelo MME ainda em 2025.

O cronograma publicado no CO 372/25 foi posteriormente revisado pelo CO 937/2025, em 15 de dezembro de 2025. No entanto, em 30 de dezembro de 2025, diante da iminente abertura da Consulta Pública do MME relativa ao Termo de Compromisso, a CCEE publicou o CO 971/25 suspendendo esses ressarcimentos até a publicação de nova regulamentação.

A Consulta Pública MME nº 210/2025, voltada à discussão do referido Termo de Compromisso, foi aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026. Até o momento, não houve desfecho por parte do MME, de modo que os ressarcimentos previstos no CO 971/25 permanecem suspensos, aguardando a definição regulatória.

No contexto desta Consulta Pública e da complexidade da matéria, mesmo diante do comunicado de suspensão da CCEE, o MME encaminhou carta à ANEEL solicitando avaliação sobre a suspensão supracitada. Diante disso, foi instaurado processo cautelar, aprovado e formalizado por meio do despacho nº 148/2026, publicado pela ANEEL em 26 de janeiro de 2026.

Apesar de a suspensão ter sido estabelecida por período limitado, há percepção de que esse prazo poderá ser prorrogado até a definição das condições decorrentes da Consulta Pública do MME, de modo que os recursos possam ser direcionados à cobertura dos custos de compensação dos geradores.

16 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	146.585	(124.458)	22.127	19.355
Atualização monetária	2.007	-	2.007	2.772
Remensuração (Nota 13 (a)) (i)	26.909	(11.397)	15.512	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	1.048	1.048	-
Saldo no final do exercício	175.501	(134.807)	40.694	22.127
Não circulante	175.501	(134.807)	40.694	22.127
	175.501	(134.807)	40.694	22.127

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

17 Arrendamento**Política contábil**

A Companhia e suas controladas mantêm controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado.

Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia e suas controladas realizam o registro, na competência que passam a poder exercer o direito de usar o ativo arrendado, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa de juros implícita no contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo com energia elétrica, despesas gerais e administrativas e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024
	Terras e terrenos - Direito de uso	Terras e terrenos - Direito de uso
Saldo no início do exercício	26.390	26.287
Remensuração	1.498	1.392
Amortização	(1.361)	(1.289)
Saldo líquido no final do exercício	26.527	26.390

	Controladora	
	2025	2024
	Terrenos - Direito de uso	Terrenos - Direito de uso
Saldo no início do exercício	326	476
Amortização	(105)	(150)
Saldo líquido no final do exercício	221	326

b) Arrendamentos – passivos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	31.115	30.146	390	469
Liquidações	(501)	(418)	(109)	(95)
Remensuração de contrato	1.498	1.387	-	17
Atualização monetária (Nota 7)	3.529	3.416	35	45
Juros pagos	(3.529)	(3.416)	(35)	(45)
Saldo no final do exercício	32.112	31.115	281	391
Circulante	543	500	122	110
Não circulante	31.569	30.615	159	281
	32.112	31.115	281	391

18 Partes relacionadas

Política contábil

om o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 11 (a))								
Auren Participações S.A.	7	-	-	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	9.331	-	-	-	28.293	-	-	-
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	68	-	-	-	-	-	-	-
	9.406	-	-	-	28.293	-	-	-
Fornecedores - compras								
Auren Participações S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	3.379	-	-	-	(49.396)	(13.053)
	-	-	3.380	-	-	-	(49.396)	(13.053)
Dividendos a pagar								
Nova Energia Holding S.A.	-	-	1.893	1.511	-	-	-	-
	-	-	1.893	1.511	-	-	-	-
	9.406	-	5.273	1.511	28.293	-	(49.396)	(13.053)

Tietê Eólica Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Outros créditos (i)				
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	1.356	8.602	-	-
Centrais Eólicas Ametista S.A.	7.304	14.835	-	-
Centrais Eólicas Borgo S.A.	11.620	16.530	-	-
Centrais Eólicas Caetité S.A.	12.496	20.211	-	-
Centrais Eólicas da Prata S.A.	-	3.537	-	-
Centrais Eólicas Dourados S.A.	12.145	19.040	-	-
Centrais Eólicas Espigão S.A.	8.521	10.923	-	-
Centrais Eólicas Maron S.A.	1.868	8.691	-	-
Centrais Eólicas Morrão S.A.	-	(1.147)	-	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	8.659	14.681	-	-
Centrais Eólicas Pilões S.A.	-	824	-	-
Centrais Eólicas Seraima S.A.	-	799	-	-
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	11.824	16.590	-	-
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	1.376	-	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	-	(3.433)	-	-
	75.793	132.059	-	-
Outras obrigaçõesr (i)				
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	-	-	1.639	-
Centrais Eólicas da Prata S.A.	-	-	2.345	-
Centrais Eólicas Morrão S.A.	-	-	9.703	-
Centrais Eólicas Pilões S.A.	-	-	5.521	-
Centrais Eólicas Seraima S.A.	-	-	7.726	-
Centrais Eólicas Tanque S.A.	-	-	6.223	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	-	-	9.518	-
	-	-	42.675	-
Dividendos a receber				
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	154	148	-	-
Centrais Eólicas Ametista S.A.	31	10	-	-
Centrais Eólicas Borgo S.A.	140	115	-	-
Centrais Eólicas Caetité S.A.	268	258	-	-
Centrais Eólicas da Prata S.A.	183	158	-	-
Centrais Eólicas Dourados S.A.	20	-	-	-
Centrais Eólicas Espigão S.A.	75	73	-	-
Centrais Eólicas Maron S.A.	69	61	-	-
Centrais Eólicas Morrão S.A.	255	194	-	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	142	127	-	-
Centrais Eólicas Pilões S.A.	24	13	-	-
Centrais Eólicas Seraima S.A.	278	220	-	-
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	115	117	-	-
Centrais Eólicas Tanque S.A.	207	145	-	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	231	188	-	-
	2.192	1.827	-	-
Nova Energia Holding S.A.	-	-	1.893	1.511
	-	-	1.893	1.511
	77.985	133.886	1.893	1.511

- (i) A Companhia, com a interveniência de suas controladas diretas, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 junho de 2014, no valor de R\$73.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre as centrais eólicas e sua controladora, visto que as centrais eólicas são as efetivas geradoras de caixa e foram beneficiadas diretas dos recursos liberados pelo BNDES, sendo que o pagamento das parcelas do financiamento é feito pela Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora Nova Energia Holding S.A. para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a Companhia no passivo não circulante das Controladas e no ativo não circulante da Controladora como partes relacionadas – ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações.

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

19 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços		26.394	19.679	34	85
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	18	3.380	-	-	-
		29.774	19.679	34	85

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	157.875	106.338	137.363	96.448
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(53.678)	(36.155)	(46.703)	(32.792)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	-	-	44.340	31.665
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	709	404	709	404
Ajuste adicional IR	24	23	24	23
Outras adições permanentes	-	(218)	-	(218)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	30.803	25.138	-	-
IRPJ e CSLL apurados	(22.142)	(10.808)	(1.630)	(918)
Correntes	(22.142)	(12.470)	(1.630)	(918)
Diferidos	-	1.662	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(22.142)	(10.808)	(1.630)	(918)

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 985.327, composto por 600.866.844 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de investimentos

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	135.733	95.530
	135.733	95.530
Reserva legal - 5%	(6.787)	(4.777)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	128.946	90.753
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 1% conforme estatuto	(1.289)	(908)
(=) Saldo de lucros acumulados	127.657	89.845
(-) Retenção de lucros	(127.657)	(89.845)
	-	-

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia realiza a destinação do resultado com 1% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.289, reconhecido em dividendos a pagar.

22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 11)		36.802	39.296	-	-
Partes relacionadas		-	-	75.793	132.059
		<u>36.802</u>	<u>39.296</u>	<u>75.793</u>	<u>132.059</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	284.049	230.128	78.560	109.174
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	61.338	-	16.949	-
		<u>345.387</u>	<u>230.128</u>	<u>95.509</u>	<u>109.174</u>
		<u>382.189</u>	<u>269.424</u>	<u>171.302</u>	<u>241.233</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Debêntures (Nota 14(a))		-	22.347	-	22.347
Fornecedores		29.774	19.679	34	85
Partes relacionadas (Nota 18)		-	-	42.675	-
		<u>29.774</u>	<u>42.026</u>	<u>42.709</u>	<u>22.432</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	29.774	-	-	-	29.774
Arrendamentos (i)	543	159	-	31.410	32.112
Dividendos a pagar	1.893	-	-	-	1.893
	32.210	159	-	31.410	63.779
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	22.347	-	-	-	22.347
Fornecedores	19.679	-	-	-	19.679
Arrendamentos (i)	470	281	-	30.364	31.115
Dividendos a pagar	1.511	-	-	-	1.511
	44.007	281	-	30.364	74.652
	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	34	-	-	-	34
Arrendamentos (i)	122	159	-	-	281
Dividendos a pagar	1.893	-	-	-	1.893
Partes relacionadas	-	42.675	-	-	42.675
	2.049	42.834	-	-	44.883
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	22.347	-	-	-	22.347
Fornecedores	85	-	-	-	85
Arrendamentos (i)	110	281	-	-	391
Dividendos a pagar	1.511	-	-	-	1.511
	24.053	281	-	-	24.334

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) **Risco regulatório**

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) **Risco socioambiental**

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) **Risco em renováveis não-hídricas**

(i) **Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não

atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) Constrained-off de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e aplicações financeiras são taxas de juros CDI. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	345.387	-72,92 bps*	(2.519)	(12.866)	(25.731)	12.866	25.731

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	95.509	-72,92 bps*	(696)	(3.558)	(7.115)	3.558	7.115

*bps – basis points